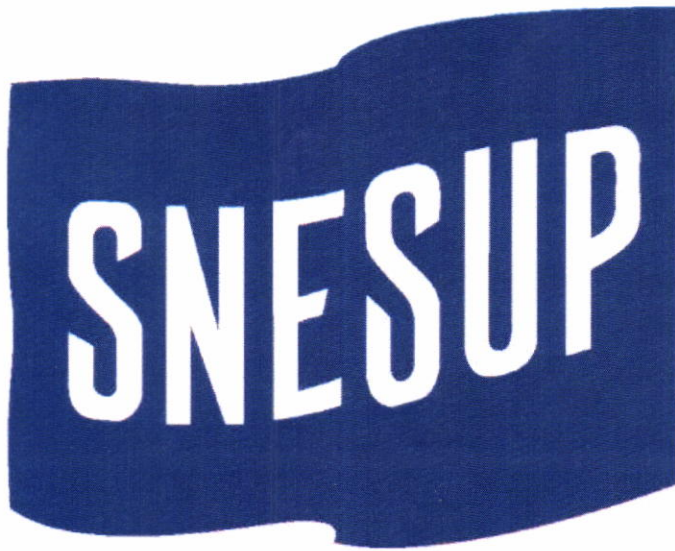


Handwritten signature and initials in the top right corner.



**Sindicato
Nacional
do Ensino
Superior**

Relatório e Contas 2020



Este documento tem como objetivo providenciar informação contabilística e financeira considerada mais relevante pela Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores) relativamente à atividade desenvolvida no período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

ÍNDICE

PREÂMBULO	1
1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2020	3
I – NA GENERALIDADE	3
II – NA ESPECIALIDADE	4
A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM	5
B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO	6
C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA	11
D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES	12
E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL	12
III – CONTAS E PESSOAL	12
A) ANÁLISE ÀS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	12
B) FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	14
C) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE O SINDICATO E A DIREÇÃO	14
D) SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL	14
E) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	14
F) PESSOAL	15

PREÂMBULO

O Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, foi fundado em 1989 e é uma associação sindical não filiada nas federações de Professores, frentes da Função Pública e confederações sindicais, sendo a maior organização sindical do Ensino Superior. O SNESup defende, em particular, os interesses socioprofissionais dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço. Com mais de 30 anos de história, a Direção do SNESup tem vindo a manter a sua matriz pautando a sua atuação por valores e princípios que visam defender a qualidade do Ensino Superior e Ciência e a dignificação das profissões de docente do Ensino Superior e de investigador enquanto atividades profissionais de elevada qualificação, exigência e responsabilidade.

Nos termos dos Estatutos e da legislação vigente, vem a Direção do SNESup com o presente documento relatar a forma como decorreu o exercício do ano de 2020. Para o efeito foi elaborado o presente documento, que submetemos à apreciação dos Conselheiros Nacionais e Associados do SNESup, e que inclui:

- 1) o Relatório De Atividades da Direção, aprovado por esta na sua reunião plenária do passado dia 24 de abril de 2021;
- 2) as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020, documento produzido pelo Técnico Oficial de Contas que trabalha com o SNESup.

Considerando que a atual Direção do SNESup iniciou funções em 19 de dezembro de 2020, o presente documento foi preparado com base em informação disponibilizada também pela anterior Direção relativa ao ano de 2020.

Lisboa, em 26 de abril de 2021

A DIREÇÃO



Mariana Gaio Alves
Presidente da Direção



Teresa Nascimento
Tesoureira

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO

1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2020

I – NA GENERALIDADE

Em 2020 a atividade do SNESup concentrou-se na valorização e dignificação dos docentes e investigadores e do Ensino Superior e Ciência e numa ampliação da ação sindical, com forte preocupação devido à situação criada pela pandemia do vírus SARS-COVID-19.

A ação do SNESup procurou defender as condições necessárias para o funcionamento do Ensino Superior e Ciência, com preocupação pelas condições de saúde dos seus profissionais. Simultaneamente, houve atenção com a vertigem digitalizadora, que ameaçou transformar o ensino superior numa versão telemática de baixo custo, desenvolvendo-se ações que permitiram a adequação a um ensino remoto de emergência, aquando do confinamento geral na transição entre o 1º e o 2º trimestre do ano de 2020.

Por forma a proteger os docentes e os investigadores o SNESup iniciou uma greve em 12 de outubro de 2020, a qual permite a recusa de trabalho em casos em que não existiam condições sanitárias. Esta greve não tinha uma intenção de protesto generalizado, mas sim de defesa do valor fundamental de saúde, permitindo o direito à recusa de trabalhar em casos de manifesta falta de condições.

O SNESup demonstrou-se próximo daqueles que representa, sem deixar que a pandemia obliterasse as preocupações com a valorização profissional, nomeadamente através da aplicação justa dos processos de progressão, da procura de equiparação aos vencimentos dos magistrados, da regularização da precariedade de docentes e investigadores, da produção de um quadro regulamentar para a carreira do ensino superior privado, da promoção da igualdade de género, da articulação com diferentes atores institucionais, do reforço da sua capacidade de ação política e de uma maior presença nos meios de comunicação social, por forma a reforçar a sua imagem.

O SNESup manteve a sua capacidade de ação em termos de negociação de regulamentos e foi proativo em termos da produção legislativa, sem que a situação pandémica interferisse na sua capacidade de ação política sindical, incluindo a intervenção na fase de produção da Lei de Orçamento de Estado.

Mantivemos o aprofundamento da negociação política a nível nacional, quer com contactos e negociações diretas com o Governo, quer com os diversos partidos políticos

(sobretudo os que possuem representação parlamentar), quer no trabalho com outras organizações e movimentos sociais. Essa ação manteve e prossegue as características de um sindicalismo independente de qualquer filiação em centrais sindicais, que possui, como tal, interlocutores em todos os partidos com assento parlamentar, com particular ênfase naqueles que se encontram presentes na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

O SNESup interveio procurando melhorar o funcionamento da FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, não só ao nível da execução orçamental, como da consecução dos diversos concursos, com especial relevo para a adequação aos constrangimentos produzidos pelo confinamento, bem como para os sérios problemas vividos em termos de contratação de doutorados.

O SNESup manteve também em negociação a sua proposta de contrato coletivo de trabalho com a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, a qual tem vindo a ser mediada pela Direção Geral de Emprego e Relações de Trabalho, sem prejuízo da pressão para a produção do necessário diploma próprio produzido pelo Governo, conforme o previsto no RJIES. Estas negociações foram prejudicadas pela situação da crise pandémica, mas não foram abandonadas, sendo também criada pressão pública para a produção da regulamentação necessária.

Em termos gerais, ainda que com dificuldades várias dependentes do contexto pandémico, do confinamento e dos critérios editoriais, procurámos dar visibilidade às situações vividas no setor na opinião pública, com presença na comunicação social.

Os serviços do SNESup foram adaptados ao funcionamento em teletrabalho, para defesa da condição sanitária e em conformidade com a legislação em vigor, durante os períodos estritamente necessários. Neste campo cabe salientar a resiliência, proatividade e capacidade de adaptação dos nossos trabalhadores.

II – NA ESPECIALIDADE

Apresentamos em seguida um breve balanço área a área onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2020. Na sequência de uma recomendação da Comissão de Fiscalização e Disciplina do SNESup relativa ao Relatório de Atividades e Contas de 2019, realizamos no presente documento uma análise mais detalhada das atividades na área de Apoio Jurídico.

A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O SNESup manteve um elevado número de reuniões institucionais com diversos interlocutores, mas não houve qualquer reunião com membros do Governo, o que simplesmente anulou qualquer ação de negociação coletiva, incluindo no que respeita às questões suscitadas pela situação pandémica.

Desenvolvemos a negociação das nossas propostas em sede da Lei de Orçamento de Estado para 2021. Tal envolveu um contacto constante com os diversos grupos parlamentares e a audiência em sede da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Realizámos reuniões com quase todos os dirigentes das diversas Instituições de Ensino Superior públicas, por forma a trabalhar sobre a proteção sanitária e os constrangimentos produzidos pela situação pandémica. Apenas houve recusa em reunir da parte das reitorias das Universidades do Minho, Beira Interior e Évora, bem como do Presidente do Instituto Politécnico do Porto (que negou a possibilidade de reunião entre presidentes). Para além destas reuniões mantivemos a nossa ação de análise e negociação de regulamentos das diversas instituições de Ensino Superior e Ciência.

Em termos de Imagem e Comunicação, o SNESup beneficiou da contratação de uma especialista deste setor, com ampla experiência, que permitiu internalizar funções que tinham vindo a ser desempenhadas por fornecedores externos.

A comunicação com os docentes do Ensino Superior e investigadores desenvolveu-se por correio eletrónico, optando-se pelo envio de comunicados, que permitem uma comunicação mais direta, rápida e eficaz. Acresce que se inovou com a promoção de reuniões gerais de docentes e investigadores de forma telemática, bem como com *webinars* dedicados à adaptação para utilização destas ferramentas, nomeadamente em contexto de ensino remoto de emergência.

O site www.snesup.pt manteve o seu papel de transmitir o trabalho realizado pelo SNESup, disponibilizando, com relativa celeridade, as diversas iniciativas do Sindicato, sendo utilizado frequentemente como uma fonte de informação em diversas matérias. Continuámos ativos nas redes sociais sobretudo no [Facebook](https://www.facebook.com/snesup), mas também no [Twitter](https://twitter.com/snesup), sendo regular a partilha de notícias sobre Ensino Superior e Ciência, artigos de opinião e comunicados.

Foram editados 4 números da [Ensino Superior - Revista do SNESup](#), tendo-se optado pela publicação conjunta de alguns números.

B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

O funcionamento do apoio jurídico foi assegurado por uma equipa que acumula a experiência e estabilidade de muitos anos, constituída por dois advogados na cidade de Coimbra, três na cidade de Lisboa e dois na cidade Porto, contando ainda com a colaboração de três funcionárias do SNESUP (Isabel Fonseca em Lisboa, Patrícia Lopes em Coimbra e Isabel Rodrigues no Porto), sendo coordenada pelo vice-presidente da Direção Romeu Videira em articulação com o colega José Moreira e com o apoio da colega Ana Filipa Conceição. Esta equipa mantém-se no atual mandato.

Os advogados, em regime de avença, prestam serviço no acompanhamento dos processos de audição sindical dos instrumentos regulamentares das instituições de ensino superior sobre os quais temos de nos pronunciar. Os advogados prestam serviço no apoio direto aos associados no quadro das condições do Apoio Jurídico, em duas modalidades: i) apoio jurídico “on-line” através do qual respondem às questões que os associados, via e-mail, colocaram ao Apoio Jurídico; ii) aconselhamento presencial através de consultas jurídicas individuais que ocorrem nas instalações de Lisboa, Coimbra e Porto.

Por questões de segurança subjacente à pandemia Covid-19 provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no ano de 2020 estas consultas ocorreram, essencialmente, por videoconferência através da Plataforma “Colibri Zoom”. Para que as consultas jurídicas presenciais pudessem continuar a ser agendadas a partir das delegações de Lisboa, Coimbra e Porto, o SNESup teve que ampliar a sua conta na Plataforma “Colibri Zoom” e atualmente temos capacidade para três reuniões em simultâneo. No ano de 2020 foram realizadas 451 consultas jurídicas, apesar das constrições da pandemia, mantendo este serviço uma procura semelhante aos anos anteriores.

Relativamente ao apoio jurídico “on-line”, no ano de 2020 foram submetidos e respondidos pelo serviço 480 pedidos de informação, que originaram 615 respostas. O Apoio Jurídico “on-line” é um instrumento que tem vindo a ganhar importância no relacionamento do sindicato com os associados (Tabela 1), pois permite o esclarecimento das suas questões de um modo célere, sem recurso às consultas presenciais, dependentes da disponibilidade simultânea do associado e do advogado.

Tabela 1. Apoio Jurídico “On-line” e Consultas Presenciais				
	2017	2018	2019	2020
Respostas do apoio Jurídico “On-Line”	505	751	736	615
Consultas Jurídicas Presenciais	563	567	483	451

Outra dimensão do serviço de apoio jurídico é a representação em tribunal dos nossos associados, tanto em processos de defesa de interesses individuais como coletivos, tendo estes últimos vindo a diminuir por força das alterações legislativas. Os advogados do SNESup são patronos de, pelo menos, 1059 processos em tribunal em resultado da acumulação ao longo dos anos. O número de 1059 processos resulta de um levantamento solicitado aos advogados para o período de 2003 a março de 2020.

Sublinhamos que alguns advogados ainda não conseguiram reunir a totalidade da informação, estando em falta principalmente dados referentes ao ano de 2019, bem como dados de processos que envolvem as instituições de ensino superior privado, em particular aqueles que foram resolvidos por mútuo acordo. Com exceção dos processos em que o sindicato é réu ou autor, os serviços do SNESup estão sempre dependentes da informação veiculada pelos advogados, dado que os processos surgem como consequência de consultas presenciais de associado com advogado. Assim, continuaremos a desenvolver esforços para reunir e manter esta informação o mais atualizada possível.

A tabela 2 mostra a evolução dos processos patrocinados pelos advogados do SNESup desde 2000 até março de 2020, discernindo, por ano, o número de processos abertos, findos, e o total acumulado (somatório dos abertos e findos ao longo dos anos). Os dados da tabela 2 mostram que o número de processos aumentou muito entre 2006 e 2008 e que os novos processos se têm mantido em número elevado, com tendência para um agravamento progressivo desde 2011. Estes dados sugerem que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior de 2007 (Lei n.º 62/2007), e a atualização dos Estatutos das Carreiras Docentes Universitária (ECDU) e Superior Politécnico (ECPDESP) de 2009 aumentaram o contencioso no Ensino Superior e a Ciência. Comparando a evolução do número de processos abertos, findos e o total acumulado, pode constatar-se a morosidade da justiça em Portugal. Por exemplo, em 2020 o SNESup continua a ter processos ativos em tribunal que deram entrada em 2003.

Tabela 2. Processos jurídicos patrocinados pelo SNESup			
Anos	Processos		
	Abertos	Findos	Acumulados
2000	0	3	3
2001	0	5	8
2002	0	4	12
2003	1	12	25
2004	3	15	43
2005	2	39	84
2006	15	62	161
2007	23	73	257
2008	28	75	360
2009	8	33	401
2010	5	15	421
2011	25	33	479
2012	33	69	581
2013	20	48	649
2014	28	33	710
2015	36	26	772
2016	37	31	840
2017	37	33	910
2018	57	21	988
2019	54	5	1047
2020*	12	0	1059
Total	424	635	

*Dados até março

A Figura 1, a seguir representada, mostra a distribuição geográfica dos processos em tribunal no território continental, diferenciados por concelhos, bem como os acumulados nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Quando uma instituição do ensino superior tem estabelecimentos em mais de um concelho, os processos foram todos alocados ao concelho correspondente à sede da instituição. No continente, os processos estão distribuídos por 32 concelhos, sendo Lisboa (288), Porto (197) e Coimbra (79) os que apresentam maior número de processos. No geral, os dados estão alinhados com a dimensão do Ensino Superior e Ciência nos respetivos concelhos, mas algumas instituições, como por exemplo, a UTAD (Vila Real) apresentam um nível de contencioso aparentemente superior a uma putativa média nacional ponderada pelo número de associados.

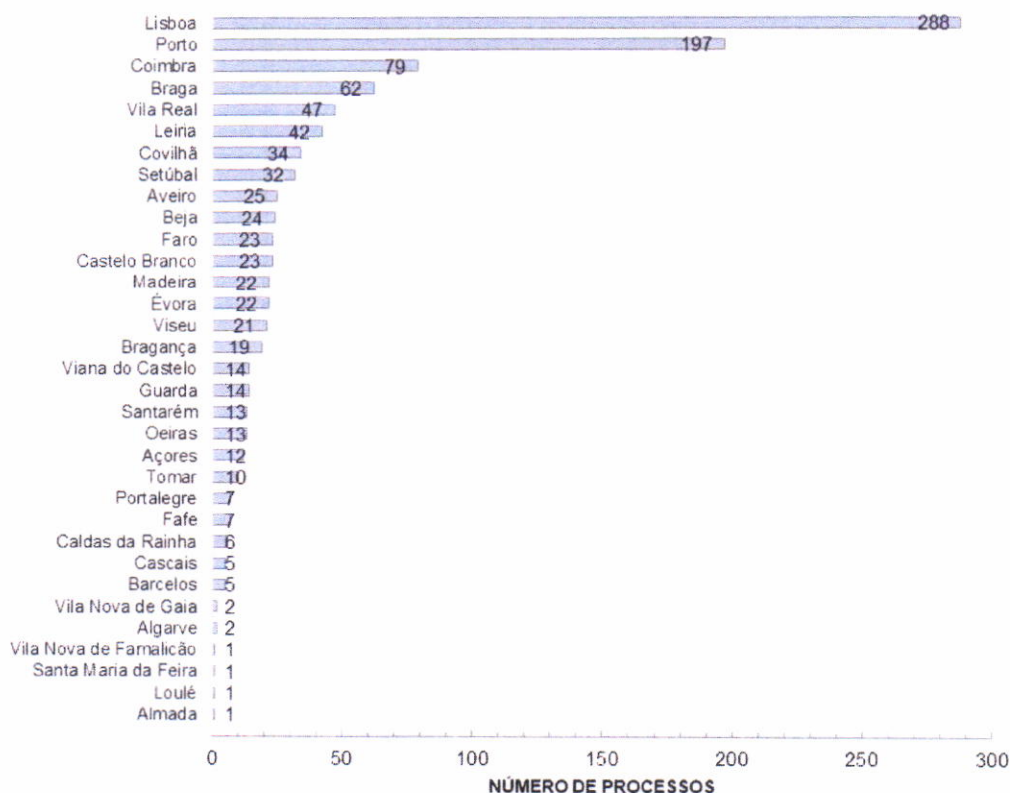


Figura 1. Distribuição geográfica dos processos em tribunal

Os processos foram também catalogados em seis categorias, nomeadamente: i) ações que envolvem docentes e as Instituições de Ensino Superior, discriminadas por subsistema (Universitário, Politécnico e Militar) ii) ações que envolvem investigadores e as respetivas instituições científicas (Investigação), iii) ações que envolvem o próprio Estado Português, incluindo a Segurança Social (Estado); iv) ações que envolvem o SNESup diferenciando se é réu ou autor.

Os dados obtidos são apresentados na tabela 3, indicando que a maioria dos processos envolve instituições do subsistema Universitário (50%) seguido do Politécnico (43%). Sublinhamos também os processos em que o SNESup é Autor (20), pois ilustra a ação do sindicato na defesa de interesses coletivos do Ensino Superior e Ciência. No ano de 2020 o SNESup entrou com duas novas ações em tribunal (não incluídas na tabela por terem data posteriores a março de 2020), uma ação para procurar que os ministros da Ciência e Ensino Superior e das Finanças apresentem um despacho conjunto indicando as verbas para as progressões remuneratórias de natureza discricionária, outra para obrigar o Governo a avaliar e rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Tabela 3. Processos em tribunal por tipo de ação	
Categoria dos processos	TOTAL
Universitário	531
Politécnico	453
Militar	3
Investigação	12
Estado	28
SNESup Réu	12
SNESup Autor	20

Considerando a natureza jurídica das instituições (Público, Privado e Fundacional Privado), os processos têm a distribuição apresentada na tabela 4. O Ensino Superior Público, com 86% do número total de processos em tribunal, é o principal foco de contencioso. Note-se que as universidades em regime de fundação continuam a ser instituições públicas, pelo que estão incluídas na categoria “público”. Apesar de considerarmos interessante analisar o nível de contencioso nas instituições públicas em regime fundacional, em comparação com as restantes instituições públicas, optamos por apresentar, neste relatório de atividades, os dados num quadro evolutivo desde 2000, portanto antes de surgirem as universidades fundação. No entanto, continuamos a desenvolver esforços para completar a base de dados dos processos e melhorar a sua organização, para que seja possível em breve disponibilizar estes dados comparativos.

Tabela 4. Processos por regime jurídico das instituições	
Regime	TOTAL
Público	916
Privado	82
Fundacional Privado	14

Considerando os assuntos (*i.e.* o objeto do contencioso) subjacentes aos processos em tribunal, foram identificadas 24 áreas de conflitos com a distribuição apresentada na Figura 2. Os concursos, o fim do vínculo com a instituição, os problemas dos associados na sua relação com a instituição e as progressões são as áreas de maior contencioso. De facto, os concursos e as progressões remuneratórias, resultantes dos processos de avaliação de desempenho, são também os assuntos que consomem maior tempo do apoio jurídico que os nossos advogados prestam através do serviço “On line”.

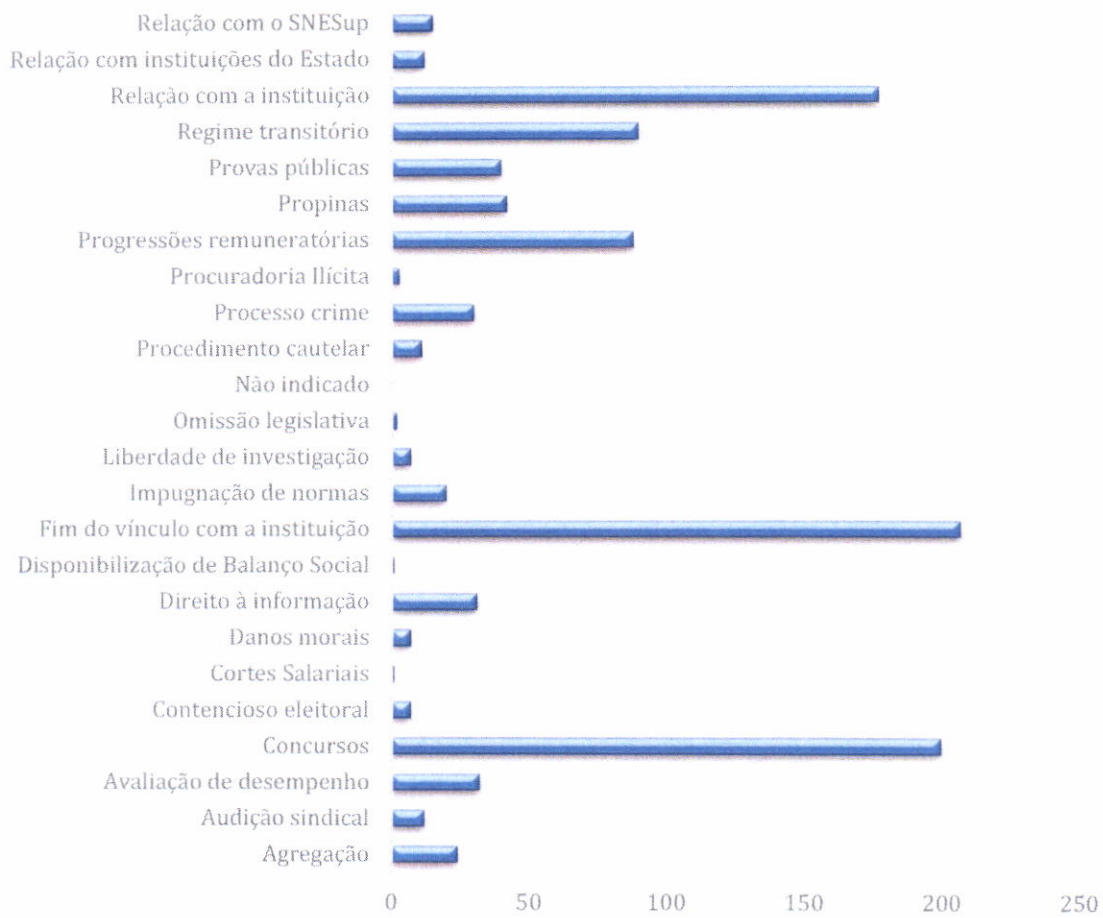


Figura 2. Número de processos por área de conflito catalogada.

C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA

Em 2020 mantivemos o acompanhamento da informação disponibilizada pela [Direção Geral do Ensino Superior](#), bem como de dados estatísticos da [Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência](#), com o objetivo de caracterizar com maior detalhe os investigadores e docentes do ensino superior. Igualmente são monitorizados quer os dados disponíveis nos Balanços Sociais das instituições de ensino superior, quer os editais de Concursos para investigadores e docentes de ensino superior publicados em *Diário da República*.

A monitorização e consideração destes dados tem permitido identificar, entre outros aspetos, a diversidade e prevalência de diferentes tipos de vínculos contratuais dos docentes e investigadores, o perfil pessoal destes profissionais, a evolução das oportunidades de progressão nas carreiras existentes nas instituições. Trata-se de informação que se tem revelado pertinente para equacionar e apoiar a intervenção sindical.

Em 2020, o SNESup acolheu uma aluna da Licenciatura em Sociologia do ISCTE-IUL para um estágio curricular com a duração total de 120 horas, o que possibilitou a recolha e sistematização de informação mais detalhada relativa a concursos para investigadores e docentes de ensino superior com base na análise dos editais desses concursos. Esta informação foi particularmente relevante para se retratar o número de vagas a concurso, por instituição, por categoria da carreira e por enquadramento jurídico dos processos concursais.

D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES

No que respeita à Ciência e aos Investigadores, o ano de 2020 foi marcado pelo prosseguimento do combate à precariedade estrutural do emprego científico em Portugal que limita o desenvolvimento do potencial de I&D. A atuação do SNESup continuou centrada no escrutínio público das políticas de ciência e de contratação de investigadores.

Considerando as implicações da pandemia e do confinamento, o SNESup empenhou-se na organização e divulgação de uma petição pública que exigiu o alargamento do prazo de submissão de candidaturas a projetos de IC&CT da Fundação para a Ciência e Tecnologia no primeiro semestre de 2020, tendo o sindicato sido recebido em audiência no Parlamento na sequência desta iniciativa. Esta iniciativa contribuiu para o efetivo alargamento deste prazo de candidaturas.

E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O SNESup manteve em 2020 a tendência de aumento continuado do seu número de sindicalizados, tendo-se sindicalizado 115 docentes e investigadores e desvinculado 43 associados.

III – CONTAS E PESSOAL

Apresentamos em seguida um breve balanço relativo às contas e pessoal onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2020.

A) ANÁLISE ÀS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As contas do Sindicato Nacional do Ensino Superior, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, apresentam um resultado líquido positivo de 87.896,23 euros que, quando comparado com o ano transato, corresponde a um aumento de 158,5%.

Em termos globais, os gastos de 2020 apresentam uma redução face ao período anterior de 5,8%, que em termos absolutos representa uma redução de 38.499,24 euros.

Analisando a Demonstração de Resultados por Natureza é possível verificar que a estrutura de gastos continua similar aos anos transatos, mantendo-se como principais rubricas Fornecimento e Serviços Externos e Gastos com Pessoal que durante o ano de 2020 representaram 97,9% do seu total.

De referir, no entanto, a evolução contrária destas duas sub-rubricas ao longo do ano de 2020, tendo a primeira, Fornecimentos e Serviços Externos, apresentado uma redução de 12,7% face ao ano de 2019 enquanto a rubrica Gastos com Pessoal apresentou um incremento de 13,2% em comparação com igual período.

No decorrer do ano em apreço, verifica-se uma tendência generalizada de redução de custos nos diferentes centros, com exceção do referente à Sede e Serviços, que apresentou um aumento de 7% face ao ano anterior. A justificar este aumento esteve, certamente, a atualização salarial dos funcionários ocorrida durante o ano de 2020 e a contratação da funcionária Ana Petronilho, o que contribuiu para um aumento total dos gastos com pessoal de 18%. Em sentido inverso, assistiu-se também a uma redução generalizada dos restantes tipos de custos deste centro.

Nos centros de custos referentes ao funcionamento dos Órgãos Nacionais podemos observar um decréscimo do gasto global de 27.663,29 euros, equivalente a 43% face a 2019. Nestes centros de custo, a redução de gastos na Direção, no Conselho Nacional e no Conselho Fiscal e Disciplina foi de 65%, 62% e 94%, respetivamente. A contribuir para esta redução esteve, seguramente, a situação pandémica e o seu impacto, desde Março de 2020. Em sentido contrário, existiu, no entanto, um aumento de gastos de 10.945.01 euros, face a 2019, referente à Assembleia Geral.

Relativamente aos centros de custos respeitantes à Informação e Promoção observa-se um aumento do gasto pertencente à Revista, tendo, no entanto, sido compensado pela maior redução do gasto alusivo aos Serviços de Apoio. Em suma, o centro de custos de Informação e Promoção, apresentou no seu global uma redução de 6.350.82 euros, o que representou uma percentagem de 23% face a igual período do ano passado.

Também nos centros de custos referentes ao Apoio aos Sócios, os gastos tiveram um decréscimo de 3% no seu global, apresentando uma redução de 8.775,38 euros face a 2019.

Do ponto de vista das receitas, assistiu-se a um aumento de 2,2% face a igual período de 2019, o que traduziu um incremento em absoluto de rendimentos no valor de 15.394,04 euros. A contribuir para esta evolução, esteve não só o aumento do valor proveniente dos serviços prestados pelo Sindicato, 0,9% face a 2019, mas também o

aumento dos juros recebidos, provenientes das aplicações a prazo constantes no Ativo do Sindicato Nacional do Ensino Superior durante o ano de 2020.

Em síntese, em termos financeiros:

	2016	2017	2018	2019	2020
Rendimentos	643 310,05 €	679 175,79 €	701 429,49 €	703 548,24 €	718 942,28 €
Gastos	692 202,78 €	666 956,39 €	666 074,75 €	669 545,29 €	631 046,05 €
Resultados	- 48 892,73 €	12 219,40 €	35 354,74 €	34 002,95 €	87 896,23 €

Como se pode verificar na tabela acima, no ano de 2020 o SNESup registou um claro aumento dos seus Resultados, mais 158% face a 2019, justificados pela redução significativa dos seus gastos e também através de um mais modesto aumento dos rendimentos.

O presente documento apresenta ainda em anexo, em particular no Capítulo 3 (Demonstrações Financeiras), os mapas que compõem as Demonstrações Financeiras do Período de 2020, assim como os seus comparativos com o período transacto, de forma a permitir uma leitura mais detalhada das Contas do SNESup relativas ao ano em apreço.

B) FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se registaram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que, dada a sua relevância, devam ser objeto de referência a esta data.

C) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE O SINDICATO E A DIREÇÃO

Não se verificaram quaisquer negócios entre o SNESup e os seus membros da Direção.

D) SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Cumprir declarar que, à data de 31 de dezembro de 2020, não se encontravam em mora quaisquer débitos do Sindicato ao Estado ou à Segurança Social.

E) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2020 no montante de 87.806,23 euros seja transferido para Resultados Transitados.

F) PESSOAL

Relativamente ao pessoal, o número de funcionários do SNESup aumentou com a entrada da funcionária Ana Petronilho em Janeiro de 2020 para apoiar as estratégias de comunicação do sindicato, contribuindo para a sua maior visibilidade no espaço público.